

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZASSEIS DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
ONZE**

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária. Atendendo à ausência do Presidente da Mesa e Primeiro Secretário, pela Segunda Secretária, Sílvia Soares, depois de verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, por Sílvia Soares foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato: *por um período de sessenta dias* – Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite, eleito pela lista “Independentes Por Fafe”; *por um período de 30 dias*: Albino da Silva e Sousa, Vidal da Costa e Sousa, Pedro Miguel Teixeira Sousa, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, José Augusto Pereira Rodrigues e Belarmino Oliveira Costa, eleitos pela coligação “Juntos Por Fafe”, e Olinda Joaquina Teixeira Alves, eleita na lista do PS. Pediram a substituição por um período inferior a trinta dias, Artur Filipe Brandão Campos Antunes Aguiar, Simão Cunha Ribeiro de Freitas e Aníbal Oliveira Marinho Cruz, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”; Maria Cândida Carvalho Freitas Povo, Vítor César Ribeiro Fernandes, Maria José Pereira Gonçalves Marques, Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, Manuel Fernandes da Cunha, Maria Manuela Gomes Ribeiro Lobo Matos, Laurentino José Monteiro Castro Dias, Raul Jorge Fernandes da Cunha, Armindo Manuel Tavares Fernandes, José Carlos Leite Pereira Silva, Alexandra Gonçalves, Carlos José Santos Cunha, José Pedro Oliveira Caldeira, João Pedro Marques e Castro e Manuel Ribeiro Coimbra, eleitos pelo PS. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade.-----

Comunicaram ainda a substituição: o *Presidente da Junta de Freguesia de Arnozela* pelo Secretário – Eduardo Lopes Mendes; a *Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos* pelo Secretário – Manuel Soares Freitas; o *Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras* pelo Tesoureiro – Joaquim de Barros Gonçalves.-----

Comunicaram a ausência na presente sessão: o Presidente da Junta de Freguesia de Golães o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos. -----

Foi, ainda, apresentada a renúncia de mandato por Célia Carina Alves Lopes, eleita na lista “Independentes Por Fafe”. -----

A Presidente da Mesa comunicou a justificação de falta da sessão de trinta de Junho de dois mil e onze, solicitada por Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite, eleito na lista dos “Independente Por Fafe”, que, por lapso, não foi comunicada na sessão anterior.-----

Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, depois de assinarem o livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e seis Membros. -----

-----Na sequência da ausência do Presidente da Mesa e do Primeiro Secretário, depois de reunir com os Líderes dos Partidos com representação na Assembleia Municipal, Sílvia Soares questionou a Assembleia se concordavam que fossem chamados para integrar a Mesa os Membros que se seguiam na lista. Tendo a Assembleia concordado, por unanimidade, foram convidados para integrar a Mesa: Manuel Cunha para exercer funções de Primeiro Secretário e Isabel Gonçalves para exercer funções de Segunda Secretária. Presidiu à presente sessão Sílvia Soares. --

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----De seguida pela **Presidente da Mesa** foi lida uma proposta apresentada pela CDU, relativa à criação de uma comissão de acompanhamento da situação do hospital de Fafe, para integrar na Ordem de Trabalhos.-----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para esclarecer que, atendendo a que a presente proposta tinha sido apresentada com o tempo previsto deveria ter sido distribuída pelos Grupos e incluída no período da ordem do dia.-----

-----A **Presidente da Mesa** concordou e propôs a inclusão da proposta na ordem do dia, tendo aprovada, por unanimidade, a integração do assunto na ordem de trabalhos, com o número dois ponto doze.-----

-----Seguidamente, a **Presidente da Mesa** procedeu à leitura da proposta apresentada pelo CDS-PP, relativa à aprovação de um voto de louvor e aclamação a Luís Roque, pelo seu trabalho desenvolvido na CERCIFAF, desde há trinta anos.

Era proposto, ainda, a comunicação da proposta à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia da República, aos Deputados, Clara Marques Mendes e Fernando Negrão e de um modo especial à família e à CERCIFAF. -----

-----Tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, do Grupo do CDS-PP, para apelar à votação unânime e aclamação. -----

Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade** e aclamada pela Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, pela **Presidente da Mesa** foi lida a Moção em defesa do poder local democrático, apresentada pela CDU, na qual era proposta a rejeição das orientações do Livro Verde para a Reforma Administrativa e o envio da cópia da Moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Presidente da Associação Nacional de Municípios e Presidente da Associação Nacional de Freguesias. -----

-----Tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do Grupo do PSD, para referir que o PSD ia votar contra: primeiro porque o Livro Verde não era um documento fechado e também existia apenas uma intenção daquilo que se poderia fazer. Referiu que a Assembleia e a população em geral tinham uma palavra a dizer de forma a tomar uma decisão que fosse de encontro aos anseios da população. -----

Afirmou, ainda, que tomar uma decisão clara contra as regras que estavam predefinidas era precipitado e votarem no desconhecido, mencionando que era entendimento do PSD que não era o momento para aprovar tal medida. -----

-----Seguidamente, interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, que começou por lembrar uma proposta sobre o assunto aprovada na sessão anterior.-----

Mencionou que o PS não estava contra o que era uma Reforma Administrativa e contra a Reforma Administrativa.-----

Referiu que, depois de analisar o Livro Verde, o PS tornou pública a sua posição, nomeadamente no que respeitava aos critérios de agregação de freguesias e à consequência da aplicação destes critérios a Fafe. Referiu que o PS era contra, uma vez que não trazia nenhum benefício, para além de ser inexecutável passar de trinta e seis freguesias para seis ou sete, não vislumbrando nenhum bem para a população e não demonstrando nenhum benefício económico. -----

Afirmou que, nesses termos o PS ia votar a favor da proposta e esperava que o Governo alterasse os critérios do Livro Verde. -----

-----Posteriormente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, que começou por estranhar a mensagem de Jorge Adélio Costa, uma vez que na reunião das juntas de freguesia que tinha decorrido em Portimão sobre o documento verde, onde inclusive estiveram juntas do PSD, não se tinha passado aquilo que foi referido, dando conta da votação obtida na reunião, que apenas tinha tido duas abstenções de dois presidentes de junta eleitos pelo PSD que justificaram a sua votação pelo facto de serem deputados do Governo. Mencionou que tinha havido um contundente não ao Livro Verde que era negro. -----

Teceu comentários sobre o que se tinha passado na reunião e aquilo que tinha sido vinculado na imprensa, afirmando que as juntas de freguesia sabiam receber bem.--

Reforçou o voluntariado que os presidentes de junta diariamente praticavam.-----

Terminou afirmando que as juntas de freguesia tinham dado a sua resposta em Portimão, na reunião, votando contra os critérios constantes do Livro Verde, afirmando que esses critérios eram o resultado de uma cobardia política. -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra a **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, para referir que o CDS-PP não tinha o entendimento resultante do texto da Moção. Assinalou uma convergência que não esperava, na medida em que o PS, na última sessão, tinha votado favoravelmente a proposta de criação de uma comissão para debater o assunto. Nesses termos afirmou que, das duas uma, ou existia vontade de discutir o assunto ou não. Mencionou que, pelos vistos, não existia vontade na discussão/debate do assunto, afirmando que a aprovação da Moção inviabilizava a discussão do assunto. -----

Lamentou a utilização do argumento da questão da extinção das freguesias, uma vez que o documento tinha muito mais do que isso, como a questão da nova legislação e nova fórmula para a definição das competências da Assembleia Municipal, que muito interessava ao CDS, uma vez que gostariam de saber se o que iriam ter era mais do mesmo.-----

Mencionou que a “guerra” era a da extinção das freguesias, afirmando que a questão que se colocava era sobre os argumentos que justificavam que em vez de seis ou oito freguesias poderiam ter doze ou mais. Afirmou que era uma questão de terem argumentos para apresentar. Terminou afirmando que era mais fácil criticar as decisões dos outros do que serem eles a fazer. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle**, dos IPF, que começou por esclarecer que os IPF não obedeciam a “disciplina de voto”, não existindo uma opinião coletiva. Afirmou que não fazia a intervenção no sentido de condicionar a votação dos membros dos IPF. -----

Nesses termos, referiu que era seu entendimento que esses assuntos deveriam ser discutidos. -----

Criticou a atitude do PS relativamente ao presente assunto, atendendo à posição tomada na sessão de Setembro e à diferente posição tomada na presente sessão. --

Afirmou que o Livro Verde apenas tinha criado um critério, reforçando que o assunto teria que ser discutido. -----

-----Voltou a intervir **Jorge Adélio Costa**, do PSD, que, respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, afirmou que antes de ser PSD era um cidadão de Fafe e, como tal, tinha muito gosto em defender a sua terra e estaria sempre ao lado de Fafe naquilo que eram as coisas importantes para serem melhores no futuro, afirmando que se para isso fosse necessário estar contra o seu partido, estaria, sem qualquer problema. -----

Criticou a atitude do PS sobre o assunto. Afirmou que não era a favor, mas que Fafe tinha que discutir o assunto, que o debate sobre o assunto era importante. -----

-----De seguida, interveio **Raul Rebelo**, do PS, para afirmar que se estava a criar uma mistificação. Afirmou que acreditava que ia haver uma reforma administrativa em Portugal, e que estariam disponíveis para discutir uma proposta de lei a apresentar pelo Governo, afirmando que tinha sido esse o sentido de voto do PS. ----

Referiu que estavam com uma posição de responsabilidade e abertura. Estavam com abertura para discutir, quando houvesse uma tomada de posição final do Governo, com os Membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta, aquela que seria a melhor solução para Fafe. Mencionou, ainda, que isso não invalidava a posição contra do PS sobre os critérios mencionados no Livro Verde. Afirmou que o Governo tinha sido eleito para Governar, para tomar posições. -----

Referiu que estava em crer que o Governo, neste assunto ia rever a sua posição e encontrar uma solução mais razoável, exequível, porque na sua opinião esta não era. -----

Afirmou que não via nenhuma incoerência sendo que esta era uma mistificação que não tinha razão de ser. -----

-----Posteriormente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, para mencionar que não tinha nada contra a reforma administrativa, afirmando, no entanto que deveria começar pela regionalização, sendo que o assunto das Juntas de Freguesias deveria ser o último a ser tratado. -----

Esclareceu que, relativamente à votação, o PS votou a favor, porém a Junta de Freguesia de Fafe tinha votado contra, afirmando que era fiel aos seus princípios.----

----- Seguidamente, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para tecer comentários à posição do PS sobre o assunto, afirmando que era uma incongruência total. -----

Mencionou ainda que, atendendo à posição do PS, o CDS-PP já não estava disponível e retirava a proposta apresentada na última sessão. -----

-----Usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para fazer um sublinhado que não lhe parecia incongruente ou mesmo contraditório, que eram os conteúdos e os considerandos da Moção que apresentaram. Afirmou que, para além das freguesias, a CDU chamava também a atenção para outras questões igualmente importantes, como as questões financeiras e a questão de atribuição de competências. -----

Mencionou que a CDU era do entendimento que no momento dizer não era uma forma de discussão, porque só assim conseguiam evitar o discurso da inevitabilidade, porque depois já estava tudo feito. -----

Referiu que, no presente momento tinham como se manifestar sobre algo que muitas pessoas não hesitavam em dizer que estavam contra, salientando que dizer que estavam contra não invalidava que pudessem no futuro construir alternativas e construir respostas e enriquecê-las, mas para isso tinham que assumir uma posição. Afirmou que era seu entendimento que o não àquilo que propunha o documento verde era um primeiro passo para a discussão. -----

-----Tomou a palavra **José Rodrigues de Sousa**, do PSD, para mencionar que por muita vontade que José Ribeiro Cardoso tivesse de retirar a proposta apresentada não última sessão, não o poderia fazer, uma vez que já tinha sido aprovada pela Assembleia. -----

-----Voltou a usar da palavra **Raul Rebelo**, para dizer que o PS estava disponível para discutir a matéria em debate e que, logo que o Governo tomasse uma decisão sobre o assunto, continuariam disponíveis para a debater. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com dez votos contra e cinco abstenções.** -----

-----Seguidamente, pela **Presidente da Mesa** foi lida uma proposta de Voto de Congratulação, apresentado pelo PS, relativo ao regresso do Rally de Portugal a Fafe, cujo apoio e dinamização da Câmara Municipal de Fafe tornou possível tal acontecimento. -----

-----Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

-----De seguida, pela **Presidente da Mesa** em exercício, foi lida a proposta de Voto de Recomendação, apresentado pelos IPF, relativo à vontade do Governo em diminuir o número de dias considerados Feriado Nacional, recomendando que fossem respeitados os marcos simbólicos da memória e da cidadania, manifestando-se determinantemente contrária à eliminação dos Feriados Nacionais que evocavam o Dia da Restauração da Independência e o Dia da Implantação da República. -----

Solicitavam, ainda, que em caso de aprovação, o texto do voto de recomendação fosse enviado a todos os deputados eleitos pelo círculo de Braga para a Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares representados no Hemiciclo. -----

-----Colocado a discussão, tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do Grupo do PSD, que começou por dizer que era uma boa proposta, uma vez que pedia uma alteração, mas apresentava uma solução. Mencionou que gostava de votar a favor da proposta, porém Portugal era o segundo país da União Europeia que utilizava mais feriados. -----

Afirmou que era mais apologista que os feriados fossem retirados, sendo festejados, do que retirarem os subsídios. -----

Afirmou que não podíamos ter o melhor dos dois mundos. Referiu que se estava a propor que a situação se mantivesse, sem tentar resolver o que estava mal. -----

Mencionou, também, que não percebia o motivo da defesa dos feriados elencados, desconsiderando os outros. Terminou afirmando que o PSD ia votar contra. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, para esclarecer que a proposta ia no sentido claro de propor a rejeição da proposta do Governo, apenas de salvaguardar o dia da Implantação da República, sendo da opinião que estava por provar que da eliminação dos feriados adviesse algum benefício. Mencionou que em

vez de os eliminar, principalmente os de cariz religioso, que poderiam ser deslocados na semana. -----

Referiu que era seu entendimento que o dia da Restauração da Independência e da Implantação da República deveriam ser salvaguardados. Ressalvou que, como republicanos que éramos, o dia da Implantação da República era o dia da génese da ordem democrática como a conhecíamos hoje. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Raul Rebelo**, que começou por mencionar que concordava com as palavras de Miguel Summavielle, no sentido de que eram datas marcantes e também que estava por provar que a eliminação desses quatro feriados iria ter algum contributo decisivo na competitividade no País. -----

Afirmou, no entanto, que havia considerandos com os quais não concordava, concretamente a eliminação ou deslocação dos feriados religiosos, uma vez que, em Portugal sendo a grande maioria da população católica, com essa eliminação muitos Portugueses iriam sentir-se desconfortáveis, daí o PS iria abster-se nesta proposta. -

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com vinte e seis abstenções, quatro votos contra e dezanove a favor.**--

-----Posteriormente, a **Presidente da Mesa** procedeu à leitura de um voto de louvor, apresentado por Vanessa Barata do PSD, por todo o trabalho levado a cabo por Renata Barros, na área da Nutrição e pelo reconhecimento internacional. -----

-----Não havendo intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

-----Passou-se ao **Período de Intervenções**. Iniciou o período de intervenções **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF para colocar três questões: a primeira para solicitar esclarecimentos sobre se a Câmara Municipal tinha sido ressarcida dos avultados prejuízos sofridos nas instalações da Escola Montelongo, na sequência do incêndio ocorrido e, se ainda não tinha sido ressarcida, em que ponto estava o assunto. -----

A segunda questão estava relacionada com um artigo publicado na imprensa, onde eram atribuídas declarações do Presidente da Câmara referindo que tinha pedido indemnização ao empreiteiro responsável pela execução da obra de requalificação da Rua Luís de Camões, Rua dos Aliados e Rua Cidade de Guimarães, pelo deficiente planeamento da mesma e na sequência de prejuízos causados ao comércio local, solicitando esclarecimento sobre se as referidas declarações eram

verdadeiras e em caso afirmativo, qual seria o montante da indemnização pedida e qual o destino que a autarquia lhe iria dar. -----

Nesse seguimento, alertou para o facto do comércio situado na Rua Luís de Camões e no trecho da Rua Cidade de Guimarães até ao Pingo Doce apenas estar acessível pedonalmente, uma vez que o trânsito se encontrava cortado na Rua Cidade de Guimarães, exceção feita ao Posto de Abastecimento Galp e da Farmácia Ferreira Leite que tinham direito a menção específica no sinal de trânsito aí colocado. -----

A terceira questão estava relacionada com a requalificação da Rua da Cumieira, concretamente sobre o prazo de conclusão da terceira fase que deveria ter sido concluída a trinta de setembro de dois mil e onze. Atendendo a que tal não tinha acontecido, resultando claros prejuízos para todos os munícipes que diariamente utilizavam aquela artéria ou que para ela tinham que encontrar percursos alternativos, questionou se havia uma explicação para o atraso da obra e se havia um prazo previsto para a sua conclusão. -----

Questionou, ainda, se o Município pretendia tomar alguma atitude no sentido de, em situações futuras, assegurar que intervenções idênticas à anteriormente referenciada, não se arrastassem no tempo, causando avultados prejuízos para os cidadãos e comerciantes. -----

Terminou a sua intervenção trazendo à Assembleia Municipal um assunto que considerava de grande gravidade. Afirmou que, depois do que tinha acontecido com as convocatórias de Assembleia de Freguesia de Queimadela, desta vez, o elemento eleito pelos IPF na Freguesia de Armil viu ser-lhe negada documentação que pretendia consultar para formar opinião acerca de assuntos sobre os quais lhe era pedido que se pronunciasse. -----

Atendendo a que duas freguesias eram geridas por eleitos do PS, desafiou os seus responsáveis, na pessoa do líder concelhio do PS, a recomendar aos Senhores Presidentes de Junta das Freguesias enunciadas à observância e respeito pelos mais elementares princípios democráticos, não obstaculizando o exercício legítimo do direito à oposição, contribuindo para o normal funcionamento das instituições democráticas que representavam e para as quais tinham sido eleitos. -----

-----De seguida, usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, começou por saudar os milhares de trabalhadores que, contra todas as pressões e as chantagens da inevitabilidade, tinham tido a coragem de, no dia vinte e quatro de Novembro,

fazer greve, saudando, também, todos aqueles que solidarizaram com ela e que, pelas mais diversas razões, principalmente financeira, não puderam aderir. -----

Mencionou que não havia memória de um Governo que, com tão pouco tempo de governação, tenha tido uma contestação tão grande, afirmando que isso tinha acontecido porque tinha enveredado pela mesma linha dos anteriores, agravando medidas desastrosas que estavam a empobrecer os portugueses e estavam a conduzir o país para um desastre económico. -----

Criticou a atitude do governo e mencionou não estar surpreendida pois tinha a consciência política das prioridades e daquilo que os partidos que sustentavam o governo pretendiam para os trabalhadores e para o povo. -----

Afirmou que tinha consciência do conceito que tinha do serviço de estado social, sem direitos, apenas com um serviço assistencialista, onde a cunha e o favor predominavam.-----

Afirmou que não se sentia enganada, mas revoltada com a casta de políticos de “leca e meia” que cada vez mais proliferavam. Que quando estavam na oposição defendiam uma coisa e outra quando eram governo. -----

Referiu que esses políticos que contribuía para a descrença que o povo tinha da classe, passando mais tempo a culpar os anteriores do que a inovar, justificando os erros das suas medidas com os dos outros, tentando passar para a opinião pública que a culpa da situação em que o País se encontrava era sempre dos anteriores. ----

Afirmou que esses políticos, parcos de memória, num total desrespeito pelos portugueses, se esqueciam que tinham sido os partidos deles, ora de uns ora de outros, que desgovernaram o país durante os últimos trinta anos; que se esqueciam que a crise que o País estava a passar era fruto de decisões erradas, tomadas no passado, com uma adesão precipitada à CEE, hoje União Europeia, à moeda única, à submissão escrupulosa das diretrizes de Bruxelas, com as consequências nefastas para o aparelho produtivo nacional, para as pescas e para a agricultura.-----

Criticou o apelo do Presidente da República no sentido de se dar mais importância ao mar e à agricultura, uma vez que tinha sido no período em que tinha sido Primeiro Ministro que começou toda a destruição nestas áreas. -----

Afirmou que tinha sido nesse período que tinha iniciado a crise lembrando os alertas do Partido Comunista para as consequências que essas ações traziam no futuro, não tendo sido ouvidos e tendo sido apelidados de “velhos do Restelo”. Afirmou,

porém que o tempo lhes tinha dado razão, assim como iria dar razão no futuro, mostrando que esse não seria o caminho, que era uma política errada que apenas os iria empurrar para a recessão e destruição da economia e soberania nacional. ----

Seguidamente, colocou algumas questões, concretamente: -----

- sobre a colocação da cobertura da escola de S. Jorge; -----
- o estudo de rampas dos cruzamentos da Avenida de S. Jorge com a Variante. -----

Sugeriu que, aquando da vinda de artistas em atuações no cine-teatro, seria bom que a vitela de Fafe fizesse parte da ementa, no sentido de promover a gastronomia de Fafe. -----

Alertou para as obras de construção na rotunda no início, no início da rua do Brasil e Serpa Pinto, mencionado que a Polícia Municipal deveria ter uma presença mais constante nessas imediações para orientar os inconvenientes que resultavam do trânsito. -----

Sugeriu que fosse repensado o estacionamento na Rua de Camões e no entroncamento dessa rua com a avenida da Granja enquanto decorriam as obras. ---

-----Seguidamente, tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, do Grupo do CDS-PP, que começou por questionar quais eram os prazos limite para a conclusão das obras em curso: na Rua Serpa Pinto e desde esta ao Pingo Doce e da Rua da Cumieira. -----

Referenciando o saneamento como uma prioridade das prioridades para o Presidente da Câmara e atendendo ao fim anunciado das Parcerias Públicas Públicas, solicitou esclarecimentos sobre a solução que a câmara iria encontrar para esse problema, com que prazos e meios financeiros. -----

Sobre os mega Agrupamentos, já defendidos na Assembleia Municipal afirmou que já havia quem dissesse, a nível institucional, que essa tipologia de reorganização do ensino não trazia quaisquer benefícios pedagógicos e retiravam rigor e eficiência ao trabalho dos docentes e aos órgãos e estruturas intermédias, acarretando instabilidade e problemas acrescidos. Nesses termos, solicitou que o Presidente da Câmara mencionasse o que pensava sobre o assunto. -----

Sobre as urgências do hospital de Fafe, afirmou que, por fontes fidedignas, que poderiam encerrar a curto prazo, por falta de médicos. Referiu, ainda, que a autonomia administrativa que era praticamente nula. Atendendo ao descrito, solicitou

esclarecimentos sobre o que a Câmara tinha feito em concreto para que a urgência continuasse e sobretudo com maior operacionalidade. -----

Afirmou que o Royal Center continuava a ser um dos maiores cancro da cidade de Fafe e da salubridade pública, solicitando esclarecimentos sobre situação atual em termos de requalificação e se havia projetos concretos em cima da mesa. -----

Terminou, questionou sobre a situação do projeto da obra do arquivo municipal, atendendo a que já tinha sido anunciado na última assembleia que já estava em concurso público. -----

-----De seguida, interveio **Paulo Ângelo Oliveira**, eleito pelos IPF, que começou por felicitar o Executivo pela intervenção que teve no regresso dessa prova para Fafe. Para que o evento não fosse uma oportunidade perdida, solicitou esclarecimentos sobre o que pensava o Município e a Naturfafe fazer para promover turisticamente o concelho e as suas atividades económicas. -----

-----Seguidamente, interveio **Arlindo Gil Gonçalves**, eleito pelo PS, para lembrar os assuntos abordados na última sessão e que lhe tinham dado razão, concretamente sobre a realização de uma prova de rally para Fafe e o assunto do hospital de Fafe.-----

Comentou, ainda, situações que se passavam nas urgências do hospital de Fafe, concretamente sobre a ausência de médicos nas urgências, situação que acontecia com regularidade, lamentando que ninguém se pronunciasse sobre o assunto.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, para tecer comentários às políticas economicistas e orçamentalistas levadas a cabo nos últimos anos. Mencionou que os Governos que as tinham orientado e praticado, se esqueciam por completo dos cidadãos do nosso País, levando a um empobrecimento progressivo e cada vez mais rápido da população que, no presente momento, se encontravam, grande parte, no limiar da sobrevivência da subsistência. Mencionou que tinham sido tomadas medidas cada vez mais limitativas e conducentes a uma diminuição já insustentável dos rendimentos da generalidade dos portugueses como o incentivo ao desemprego, diminuição de vencimentos, do aumento do horário de trabalho, da supressão dos feriados, subtração dos subsídios, do aumento inoportuno de taxas, contribuições, impostos e muitos outros bens essenciais que todos tinham vindo a suportar. Afirmou que não se

verificavam quaisquer medidas ou incentivos que permitissem aos cidadãos minorar a situação que piorava a passos largos a vida dos portugueses. -----

Afirmou que estavam convictos que, sem grandes gastos, as autarquias poderiam revelar um papel relevante e decisivo no combate à pobreza. -----

Referiu que lucrariam com a promoção de incentivos de regresso aos campos, apresentando algumas medidas, nomeadamente que poderia ser: encetada uma política de incentivos, com a colaboração das Juntas de Freguesias, a arrendamento rural; organizadas listas de cidadãos em situação de pobreza e/ou pobreza iminente que pretendessem dedicar-se à agricultura; atribuídos de benefícios fiscais, ainda que numa fase inicial, a conceder à atividade assim exercida; atribuídos benefícios fiscais, quer de IMT e IMI, para aqueles que pretendessem adquirir imóveis para o exercício da atividade agrícola e dela fazer a sua fonte de rendimento; atribuídos benefícios (isenções de taxas) nos mercados locais para que os produtores pudessem escoar os seus produtos; negociado com entidades bancárias de crédito bonificado para o efeito e da participação ativa na campanha de sensibilização dos portugueses para aquisição de produtos feitos em Portugal e junto do comércio local. Terminou, afirmando que as medidas propostas eram medidas simples e de execução fácil, escolhidas de entre muitas outras que poderiam enumerar-se, que poderiam ser os primeiros passos que levariam os a sair do fosso em que os fizeram cair, a dar ao País um pouco mais de humanidade. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do Grupo do PSD, para colocar algumas questões que se prendiam com a atual situação económico-financeira, concretamente, se as atuais dificuldades de acesso ao crédito se iriam repercutir nas parcerias público-privadas tentando perceber qual o ponto de situação das mesmas. -----

A segunda questão prendia-se com o programa municipal de apoio à família, com a parceria existente com o INH, referindo que estava prevista a construção de cerca de cento e sessenta casas, distribuídas pela cidade, e, sendo que quarenta delas foram já tinham sido iniciadas ou encontravam-se em fase de conclusão. Atendendo ao número de inscrições para a ocupação da habitação social existentes na fase inicial e verificando-se uma redução drástica no número de inscritos, questionou se não seria de reequacionar sobre o que fazer com a construção da restante habitação. -----

A terceira questão estava relacionada com a construção da rotunda sita no início da Rua Luís de Camões, referindo que, atendendo a que a sua realização seria assumida pelo proprietário do prédio que estava a ser construído, no âmbito do licenciamento da obra, solicitou esclarecimentos sobre quem estava a assegurar se era a Câmara ou o empreiteiro do prédio. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **José Manuel Batista**, do Grupo do PSD, para prestar alguns esclarecimentos na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Fafe, informando que ainda não tinha sido contactado para qualquer reunião; Deu conhecimento da segunda reunião sectorial realizada no Município de Fafe, onde tinha sido informado que, devido à auto-extinção da Comissão, pela inexistência de reuniões no prazo de um ano, tinha sido feita uma renomeação da comissão, com a recondução da anterior, à qual tinha sido acrescentada, por imposição da Lei, o Instituto Geográfico Português. Relativamente à carta enviada pelos Municípios da Região Norte, à CCDRN, afirmou que não tinha havido resposta por parte dessa entidade, admitindo-se dessa forma que o PROT Norte estivesse suspenso. Mencionou que tinha sido informado que as cartas relativas à REN e RAN brutas se encontravam finalizadas, prontas para aprovação por parte da Comissão de acompanhamento. Mencionou que atualmente, os serviços da autarquia se encontravam a desenvolver as cartas de ordenamento e dezonamento, esclarecendo a forma como o trabalho estava a ser desenvolvido. -----

Mencionou que tinha sido informado pela autarquia que o prazo previsto para terminar esse trabalho em meados de Janeiro e que, tendo em conta esse prazo, era intenção da Autarquia, colocar o plano a discussão pública em meados do ano de dois mil e doze. -----

Terminou afirmando que, assim como no passado, estava à disposição da Assembleia para levar à comissão de acompanhamento as propostas e recomendações que sobre o assunto pudessem advir. -----

-----Retomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para fazer um esclarecimento resultante das palavras proferidas por José Ribeiro Cardoso, sobre as políticas educativas afirmando que se havia coerência relativamente ao que tinha vindo a defender eram as políticas educativas. -----

Mencionou que de todas ou grande parte das vezes que o assunto dos Mega Agrupamentos ou do reordenamento escolar tinha sido abordado na Assembleia Municipal tinha sido pela intervenção da CDU, esclarecendo que a posição da CDU relativamente a essas questões era claramente desfavorável por todas as implicações que deram a conhecer, mencionando, inclusive que tinham solicitado a intervenção da autarquia. -----

Quanto às comissões, lembrou que em tempo tinha apresentado uma proposta, que não tinha sido aprovada, no sentido de se instaurar o dever dos elementos eleitos para uma comissão apresentassem na Assembleia um relatório/informação do trabalho desenvolvido. -----

E com o propósito de agilizar o funcionamento da Assembleia Municipal, mencionou que o artigo do regimento relativo à substituição da Mesa deveria ser repensado, atendendo ao facto de, uma vez mais, não terem efetuado a eleição da Mesa, por voto secreto, como o regimento contemplava, com a finalidade de agilizarem os trabalhos -----

-----De seguida, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, que começou por mencionar que se o Presidente da Assembleia Municipal tivesse agendado previamente as datas das sessões da Assembleia o problema não se colocava, afirmando que iria aguardar a justificação legal para que a proposta que tinha efectuado não tivesse sido admissível. -----

Agradeceu os esclarecimentos prestados por José Manuel Batista. Afirmou que, ao contrário do que o Presidente da Câmara tinha mencionado, não andava à procura de lugares. Sobre os esclarecimentos relativos ao processo de revisão do PDM, para além das datas previstas de conclusão dos trabalhos e sua colocação a discussão pública, afirmou que, efetivamente, não se retirava muita informação, não por responsabilidade do representante da Assembleia na comissão de acompanhamento. -----

Mencionou que o que se pretendia através do representante da Assembleia Municipal na comissão de acompanhamento, e que lhe faria chegar formalmente, era que dissesse o que estava por detrás da revisão do PDM, quais as linhas orientadoras que a Câmara estava a seguir, salientando que o que os preocupava era perceber o que o concelho iria ter, se era um concelho densamente urbanizado, massificado, se um povoado disperso, mais ou menos zonas industriais, referindo

que isso era o que pretendia ver esclarecido. -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

- Informou que a Câmara já tinha recebido os valores das obras efetuadas em consequência do incêndio na escola de Montelongo. -----

- Referiu que não tinha afirmado nada sobre as indemnizações ao comércio ou a particulares nas ruas que estavam em obras. Mencionou que havia inconvenientes, aborrecimentos e recordou a existência de dois casos de reclamações, salientando, nos entanto que a Câmara tinha vindo a procurar uma maior proximidade com os moradores, no sentido de minorar os inconvenientes deste tipo de obras; -----

Afirmou que nenhuma das obras estava atrasada, mencionando que os prazos da empreitada andavam entre o final de Janeiro e meados de Fevereiro. Afirmou que tinha havido alterações relativamente às fases e programações das obras porque se tinha procurado, a todo o custo, que se mantivesse a circulação, sendo que, em casos pontuais, se tenha fechado o trânsito. -----

- Sobre a cobertura da escola de S. Jorge, explicou o que se tinha passado, mas atendendo à pertinência da questão, analisá-la-iam. -----

- Sobre as rampas, mencionou que o assunto foi tratado e que lhe daria a resposta.-

- Concordou com a questão da promoção da gastronomia proposta por Leonor Castro, afirmando que iria recomendar; -----

- Sobre o saneamento, mencionou que desconheciam se a parceria pública iria avançar, reafirmando aquilo que tinha mencionado na sessão anterior sobre o assunto; -----

- Sobre os Mega-Agrupamentos, mencionou que não era contra, explicando o que tinha sido efetuado e que estavam a fazer, salientando que iriam fazer aquilo que convinha e melhor defendesse os interesses de Fafe. -----

- Quanto ao hospital e urgências, afirmou que já tinham dado conta ao atual Governo daquilo que eram as preocupações da Câmara e dos Fafenses, assim como a oposição a qualquer eventual encerramento. Mencionou que aguardava uma reunião que tinha solicitado ao Senhor Ministro para falar destas e outras questões, nomeadamente do novo hospital, estando convicto que nada iria em contrário daquilo que tinham sido os ganhos de Fafe na matéria em discussão. -----

Explicou as notícias que tinham sido tornadas públicas sobre o encerramento do hospital, mencionando que aquilo que tinha sido tornado público era o resultado da opinião de um elemento de uma comissão constituída para analisar o trabalho das urgências. Afirmou que sobre esse assunto também já tinha emitido a sua opinião ao Senhor Ministro. -----

- Sobre o Royal Center mencionou que tinha tido evolução, informando que tinham sido efetuadas notificações à empresa para algumas questões de insalubridade que se verificavam, dando prazo curto para as resolver. Mencionou, ainda, que se encontravam a aguardar um projeto para requalificar ou alterar esse espaço. -----

- Relativamente ao arquivo municipal, afirmou que tinham o projeto da obra em concurso, mas que, por razões que se prendiam com esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, tiveram que prorrogar o prazo de apresentação de propostas; ---

- Relativamente ao Rally agradeceu as palavras dirigidas à Câmara, explicando que no contrato que tinham efetuado estava consagrado que o apoio que iriam prestar seria, tanto quanto possível, através de serviços existentes em Fafe; -----

- Quanto às parcerias público privadas, informou que estavam a fazer uma avaliação do processo e que, muito provavelmente, iriam desistir, porque não havia financiamento. -----

- Quanto à habitação, mencionou que também estavam num momento de avaliação, atendendo a conjuntura económico-financeira. Fez o ponto de situação do processo.

- Relativamente à Rotunda na Rua de Baixo, explicou que tinha havido uma cedência ao espaço público de uma área muito significativa por parte do proprietário e era nessa cedência que a Câmara iria intervir, sendo que no espaço privado seria o privado a intervir. Mencionou, ainda, que não existiam andares a mais. -----

----- Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – Discussão e Votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012;** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento, começando por referenciar que estavam a apresentar um orçamento de grande rigor e contenção dos recursos que o Município teria disponíveis para o ano de dois mil e

doze. Mencionou que era um orçamento inferior ao do ano de dois mil e onze e que era um orçamento de muito investimento, explicando as ações previstas no preâmbulo do documento. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, que começou por mencionar que, em consonância com o sentido de voto assumido pelos vereadores eleitos pelo IPF na Câmara, também os membros da Assembleia Municipal iriam aprovar o orçamento apresentado. -----

Mencionou que não optaram pelo caminho mais fácil, a abstenção ou o voto contra, uma vez que não era essa a forma de encararem e assumirem a defesa intransigente dos interesses dos seus conceterrâneos. Referiu que não se guiavam por uma lógica eleitoralista. -----

Afirmou que tinham um projeto para o Concelho e que eram a única e verdadeira alternativa ao poder socialista, mencionando que, por esse motivo estavam obrigados a ser ainda mais responsáveis e cientes do que implicavam as decisões vertidas no Plano e Orçamento. -----

Esclareceu que o orçamento apresentado era um orçamento equilibrado, que não aumentava o endividamento, pelo contrário, o diminuía, afirmando que essa era a primeira obrigação de um agente político – ser responsável na gestão dos dinheiros públicos. -----

Mencionou que outra das razões pela qual votavam favoravelmente tinha sido o facto da ideia das parcerias ter sido abandonada. Referiu que se reviam no presente orçamento porque nele permaneciam contidas obras que resultavam do seu esforço comercial e que se traduziam na inclusão, no orçamento de dois mil e onze, de cerca de vinte ideias que constavam no seu programa eleitoral. -----

Esclareceu que votavam favoravelmente porque no orçamento se mantinha o saneamento como uma prioridade no investimento; porque concordavam com a opção de privilegiar a canalização do investimento para a concretização de obras com uma forte participação do QREN e porque valorizavam o esforço manifesto no não agravamento da carga fiscal que incidia sobre os concidadãos. -----

Salientou, porém que este não era o orçamento dos IPF, afirmando que o orçamento dos IPF seria profundamente diferente nas coisas que envolvessem montantes pequenos, naquelas que traduzissem uma visão distinta do que significava gerir causa pública. -----

Elencou medidas que constariam naquele que seria o orçamento dos IPF como a necessidade de diminuir os gastos com a promoção da imagem; a necessidade de investir na desburocratização da administração e na sua aproximação ao cidadão; um corte com a subsídio-dependência das coletividades desportivas do concelho e estabelecendo o critério do mérito; o apoio aos pequenos produtores agrícolas do concelho; uma estratégia direcionada para cativar investimento no concelho; a assunção do rotundo falhanço da estratégia para o desenvolvimento turístico do concelho e do erro da constituição da Naturfafa; a aposta na preservação e valorização do património arqueológico; um corte sustentado na despesa corrente da autarquia; a aposta na valorização do parque da cidade; um agravamento da taxa do IMI para imóveis devolutos; o desagramento da taxa da derrama, entre muitas outras que poderiam enumerar. -----

Mencionou que não tinham caído na tentação demagógica de teorizar sobre as obras emblemáticas que fariam, quando sabiam que não iria haver financiamento para as executar, afirmando que essa não era a forma de fazerem oposição. -----

Afirmou que iriam votar no orçamento que lhes tinha sido proposto, conscientes de que estavam a cumprir com a sua obrigação fundamental de assegurar uma gestão responsável da causa pública. -----

Salientou que não concordavam com o orçamento, porém era ao PS a quem cabia gerir os desígnios da autarquia, sendo que à oposição estava reservado o papel de fiscalização do seu trabalho. -----

Antes de concluir, fez, em nome de toda a bancada dos IPF, um manifesto de posição definitiva, afirmando que o investimento na ampliação da rede de saneamento básico do concelho era um imperativo não mais adiável. Reportando-se à parceria constituída para gestão dessa infraestrutura e ao risco de extinção desse contrato, mencionou que consideravam que o compromisso estabelecido com a população Fafense não se extinguísse, mantendo-se a obrigação de investir na ampliação e melhoramento da rede de saneamento básico. Salientou que, dessa forma, deveria o executivo municipal assegurar, no orçamento de dois mil e treze, a disponibilização da verba necessária ao cumprimento integral do plano de investimento traçado e aprovado, mencionado que se tal não se verificasse, estariam frontalmente contra qualquer opção orçamental que lhes apresentassem.---

Terminou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre se a previsão da receita resultante do IMT e da participação variável no IRS era superior à de dois mil e onze e em que dados era sustentada essa decisão; o motivo da verba destinada a outros trabalhos especializados (código 02.02.20 do orçamento da despesa) quase triplicar e que trabalhos estavam previstos; como se propunha o Município conseguir reduções previstas para o ano de dois mil e doze, relativamente a dois mil e onze nas rubricas da despesa com a “recolha e tratamento de RSU” e “manutenção de espaços verdes”, tratando-se de serviços concessionados com contratos em vigor; se o acréscimo de cerca de dez por cento na verba destinada aos gastos com a iluminação pública procurava encaixar o resultado do aumento da taxa de IVA e se a redução efetuada na iluminação pública não tinha produzido qualquer poupança.---

-----Seguidamente, tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do PSD, que começou por salientar que as posições assumidas no debate do documento apresentado eram de importância capital, uma vez que revelavam o grau de comprometimento de cada um dos membros da Assembleia Municipal com as opções e estratégias preconizadas pelo Executivo Municipal para o ano seguinte. -----

Mencionou que as grandes opções do plano e orçamento para dois mil e doze revelavam a opção do Partido Socialista de Fafe na gestão dos destinos do município. Afirmou que estavam perante um modelo de orçamento de governação que tinha esquecido as Juntas de Freguesias. Mencionou que, com o presente orçamento, o PS tinha decidido “matar” as Juntas de Freguesia do concelho e que o tinha feito sem pejo. -----

Afirmou que era apanágio do PS, no primeiro ano do mandato, prometer aos Senhores Presidentes de Junta quais as obras a realizar no mandato em causa, afirmando que, desta vez transferiu para o segundo ano de mandato e no segundo ano, disse aos Presidentes de Junta que tinham estado à espera de uma mão cheia de nada. -----

Mencionou que o Executivo estava a utilizar a Reforma Administrativa para esvaziar neste Orçamento os protocolos que ano após anos prometia aos Presidentes de Junta. -----

Afirmou que o Executivo em tempos prometia porque o governo era socialista e sabia que não ia cumprir, agora não cumpria justificando que as juntas de freguesia iam terminar e como tal não queria afetar uma verba que não sabia quem a iria gerir.

Referiu que as necessidades não eram das Juntas de Freguesia, mas da população que a Junta de Freguesia geria. Mencionou que, independentemente da forma como se iriam agrupar, a necessidade manter-se-ia, e como tal, a justificação dada pelo Presidente da Câmara não passava de um logro. Afirmou que o Presidente da Câmara deveria assumir na Assembleia Municipal que, por decisão política do partido socialista de Fafe, não iriam cumprir com os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia. Afirmou que essa era a decisão do PS, que não seria a decisão do PSD. -----

Mencionou que não podia, contudo, deixar de referir a delegação de competências nas freguesias no que concernia à educação, uma vez que a verba atribuída iria ser bem gerida pelas Juntas e IPSS, referindo isso como sinal de boa decisão. Decisão essa que premiava as juntas de freguesia como capazes de tomarem boas deliberações. Lamentou que a Câmara não tivesse essa linha de coerência em todos os pontos, referindo que a câmara delegava um poder que lhe era transferido pelo governo, mas que só o fazia porque via nas Juntas e IPSS parceiros capazes de desempenhar de forma competente esse trabalho. -----

Salientou que o PS acusava a inércia e o cansaço dos anos, mencionando que em tempos difíceis deveriam aguçar o engenho e conseguir mais financiamento a fundo perdido. -----

Mencionou que se existisse vontade, poderiam ter apresentado outro orçamento que protegesse o emprego, que dinamizasse os empresários e atraísse mais investimento para Fafe. -----

Afirmou que, dos catorze municípios do distrito de Braga e estando Fafe entre os sete maiores, Fafe estava em antepenúltimo lugar relativamente aos municípios que mais verba utilizavam do QREN. Reportando-se às palavras do Presidente da Câmara sobre o assunto, mencionou que o município não deveria esperar que oferecessem os projectos, salientando que os deveriam procurar, a exemplo de outras autarquias. -----

Depois de fazer uma análise do documento, mencionou que não viam no orçamento, por parte da Câmara Municipal, qualquer incentivo às empresas, às famílias, referindo que gerir bem os dinheiros do município era uma questão mais complexa do que uma qualquer obtenção de cash flow, mais exigente que a obtenção de um resultado líquido positivo e mais elementar do que a obtenção de crédito na banca.--

Mencionou que o objectivo do presente orçamento e o que deveriam estar a decidir era como poderiam, com o dinheiro dos impostos dos fafenses, ajudar as pessoas, como poderiam fazer de Fafe um lugar de referência, como poderiam atrair mais gente para Fafe. -----

Referiu que o PS não podia usar a crise para se demitir do objetivo para o qual tinha sido eleito. -----

Mencionou que as propostas apresentadas não podendo ser alteradas, obrigavam a um necessário distanciamento político do PSD quanto às mesmas, não podendo dessa forma, contribuir para a sua aprovação. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, para alertar para a incorreção da denominação de uma obra da Ponte do Ranha e dos Combates da Grande Guerra, congratulando-se, no entanto, com as obras constantes do Plano. -----

Sobre a rubrica do canil, solicitou que a verba fosse reforçada. -----

Alertou para o facto de não ter visto rubrica aberta para a execução do “Corredor Verde”. -----

-----De seguida, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, lembrando que na votação do Orçamento anterior, o CDS-PP tinha optado pela abstenção, uma decisão consciente. -----

Procedeu à análise do presente documento, mencionando que, apesar de verificarem alguns desempenhos positivos na cultura, educação e manutenção da taxa do IRS e da situação equilibrada da Câmara, continuavam com uma administração, praticamente, de mera gestão, pouco arrojada, cimentada apenas na sustentabilidade financeira do município em termos minimalista e no PRODER. -----

Mencionou que era sustentável porque não havia grandes investimentos nem para as obras decorrentes das parcerias público privadas, que, atendendo à inexistência de financiamento, as grandes obras não se iam concretizar. -----

Salientou, ainda, a não realização das obras de construção do novo hospital, da escola secundária, do parque municipal de desportos, e o retardamento sistemático do saneamento. -----

Mencionou que, no entendimento do CDS-PP, tinha havido demasiado otimismo por parte da Câmara e pela Assembleia, confrontando-se com o empobrecimento do

concelho, com menos investimento e desenvolvimento e sem possibilidade de emprego para os jovens, salientando que essa era a situação do concelho. -----

Teceu críticas às palavras do Presidente sobre a acentuação da crise no preâmbulo do plano e orçamento, lembrando as palavras do CDS-PP sobre o mesmo assunto. -----

Relembrou as medidas elencadas aquando da discussão do mesmo assunto no ano transacto, que poderiam atrair mais habitantes e novos investimentos ou que podiam ajudar os empresários. Mencionou que os investimentos apresentados eram aqueles cujo financiamento pudesse ser assegurado pelo QREN ou pudesse vir a sê-lo, elencando algumas obras, referindo que essas obras representavam sessenta por cento do total das obras previstas, desconhecendo se poderiam ser efetuadas. -----

Afirmou que relativamente aos investimentos e às previsões orçamentais não conseguiam perceber como tinham sido efectuadas e quais os critérios utilizados, mencionando que, ao analisarem o plano de investimentos se tinham deparado com situações que os levaram a duvidar das previsões utilizadas para a elaboração do orçamento, citando como exemplo os valores da requalificação das infraestruturas de apoio ao heliporto. -----

Reportando-se ao orçamento para dois mil e onze e aos elevados investimentos previstos para dois mil e onze, mencionou que poderiam verificar que não era realista e que o orçamento ora apresentado comprovava as dúvidas. -----

Mencionou que o orçamento eram previsões de receita e despesa, porém quando as previsões se revelavam tão desfasadas da realidade, eram obrigados a duvidar da forma como se tinham efetuado as previsões, referindo-se em concreto às despesas de investimento. -----

Mencionou que o plano plurianual de investimentos deveria espelhar a estratégia da Câmara para o ano seguinte, com um elevado grau de certeza. -----

Apesar dos fatores que consideravam negativos realçou a grande preocupação da Câmara com a situação financeira do município que estava patente na redução do endividamento. -----

Afirmou que com tantas dúvidas e com uma estratégia para o município que não era a do CDS-PP, não poderiam votar favoravelmente o plano e orçamento. -----

-----De seguida interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, afirmando que não iria analisar detalhadamente o orçamento, salientando que o orçamento para dois mil e

doze, associado ao orçamento de dois mil e onze e orçamento de dois mil e dez, tinha um mérito de ter a redução significativa da dívida. Mencionou que, atendendo ao período económico-financeiro em que o país se encontrava, era reconfortante para os fafenses verem no seu município um ambiente de tranquilidade. Salientou que o PS se congratulava com o feito conseguido pela Câmara. -----

Afirmou que, naturalmente, os investimentos teriam que passar pelos projectos QREN. -----

Realçou algumas das políticas do executivo, como a manutenção de projectos ao nível social, as taxas na tributação do lucro e desoneração do IRS. -----

Afirmou que o indicador de despesa corrente para despesa de capital era sempre um indicador positivo e quanto às transferências para as Juntas de Freguesia mencionou que a realidade falava por si e continuaria a falar por si. -----

Destacou uma evolução no discurso do PSD, mencionado que, em anos anteriores, o PSD reconhecia que as opções deveriam ser outras, mas que eram orçamentos rigorosos e realistas, sem faturas na gaveta. -----

Terminou afirmando que o PS iria votar a favor. -----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados. Começou por salientar que todos concordavam que se o plano e orçamento fosse apresentado por qualquer outra força partidária seria um documento diferente. -----

Afirmou a posição responsável dos Independentes salientando que, ao contrário das restantes forças políticas, já tinham percebido que o que colhia a simpatia da população era a responsabilidade não a irresponsabilidade. -----

Teceu comentários às palavras do PSD e CDS-PP sobre as políticas do Executivo.

Afirmou que provavelmente não iam fazer as parcerias porque os tempos não consentiam, salientando que não estavam preocupados com obras emblemáticas.

Afirmou que as obras escolhidas para a parceria tinham graus diferentes de prioridade, explicando que a grande prioridade era a feira. Sobre a feira mencionou que tudo iriam fazer para requalificar aquele espaço.-----

Sobre o projeto do parque da cidade, afirmou que iriam submeter a discussão pública uma nova proposta, atendendo a que o projeto existente não se adequava à nova realidade, tentando gastar menos. -----

Afirmou que eram um dos municípios como os que pagavam cada vez mais cedo, com finanças cada vez mais equilibradas, com níveis de execução de receita dos melhores, com uma relação entre os seus gastos e os gastos de pessoal também melhores, ficando surpreendido com a intervenção do PSD. -----

Mencionou que, dentro da CIM eram o segundo município em termos de execução do QREN. Salientou que existia uma diferença entre os projetos aprovados e os projetos executados nos vários municípios. -----

Esclareceu que também eram dos municípios que menos gastavam em publicidade. Sobre o cálculo da receita dos impostos, esclareceu que tinha sido efetuada conforme determinava o POCAL, que era a média dos últimos vinte e quatro meses. Quanto aos trabalhos especializados mencionou que poderia estar relacionado com a contratação do projecto para o centro educativo no espaço da Escola Carlos Teixeira, atendendo à sua complexidade e tempo. -----

Relativamente às rubricas de recolha de resíduos e jardim, afirmou que a redução deveria estar relacionada com um cálculo para dez meses e não para doze. -----

Esclareceu que, quanto aos gastos de gás e eletricidade, estavam a tentar procurar amortecer ou não integrar o aumento do IVA. Referiu que os cortes/redução na iluminação pública e a instalação dos redutores de potência, iria ajudar a pagar uma fatura menor. -----

Teceu comentários sobre a atuação do governo do PSD, salientando que o governo tinha feito aumentos de impostos a cada nove dias, salientando que não havia memória de um governo que tivesse efetuado tantos aumentos. -----

Mencionou que o orçamento apresentado pela câmara não aumentava e tinha investimento. Referiu que não tinha aumentado os impostos, taxas e preços durante todo o mandato, mencionado que lhes ficava bem reconhecerem alguma coisa naquilo que era feito. -----

Sobre as obras da rua Ponte do Ranha, Combatentes e Visconde Moreira do Rei, afirmou que tinham em orçamento previsto o início de obras, mas que se integravam num projeto vasto que contemplava toda a área da vila nova, que eventualmente chegaria até à Igreja Matriz. Explicou que teriam capacidade de o executar com mais força se tivessem a possibilidade uma candidatura no âmbito da requalificação urbana e do QREN. -----

Quanto ao canil municipal, mencionou que na CIM estavam a estudar a possibilidade de adotar um canil já construído e em boas condições existente em Guimarães, para todo o espaço da CIM. Explicou que se não se concretizasse, construiriam um canil para alguns municípios no âmbito da CIM, que resolveria o problema, sendo que, dessa forma criariam uma infraestrutura de melhor qualidade, com menos custos para todos os municípios. -----

Sobre o corredor verde, mencionou que estava em orçamento e não era um projeto que tenham desistido, pelo contrário iriam incrementá-lo no ano que se seguia, mas iriam organizar uma candidatura porque existia a possibilidade de o fazer. -----

Reafirmou que o orçamento era realista e que o orçamento de dois mil e onze também o tinha sido e iriam prová-lo aquando da apresentação do relatório. -----

Explicou as regras do endividamento assim como a capacidade de endividamento do município de Fafe. -----

Reiterou que os fafenses ficariam tranquilos e acautelados nos seus interesses se o orçamento fosse aprovado e pudesse ser executado. -----

Como nota final, mencionou que tinham aumentado os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, concretamente, os protocolos na área da educação. Afirmou que não estavam a recuar nos pedidos das Juntas de freguesia, mencionando que não poderiam fazer tudo, afirmando que tinham uma atenção particular com as freguesias. -----

-----Tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, para afirmar que o elogio efetuado sobre a despesa financeira tinha sido sincero. -----

Sobre as parcerias públicas privadas, mencionou que não sabia se o Presidente da Câmara estava a preparar alguma coisa, no entanto salientou que, ao contrário do que o Presidente da Câmara tinha mencionado, o PSD tinha dito era que o Presidente da Câmara tinha alavancado a sua estratégia política para a governação do município para os próximos anos nas parcerias, e que na presente sessão, mencionou que estava a reequaciona-las, ou seja, a sua estratégia política tinha falido. -----

Mencionou que o PSD mantinha a sua posição, manifestando-se contra as parcerias porque iam onerar o município de Fafe para as gerações futuras. -----

Mencionou que o PSD nunca iria votar num orçamento para ganharem votos, salientando que iriam enganar os fafenses, esclarecendo que tinham a sua forma de pensar. -----

Para terminar, sobre as Juntas de Freguesia e aquilo que o Presidente da Câmara tinha mencionado, afirmou que iriam aguardar uma vez mais. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para dizer esclarecer que a questão colocada sobre a receita do IRS e do IMT tinha um propósito, para assim perceberem que o cálculo fosse efetuado de acordo com a regra, porém era expectável que as transações dos imóveis decrescessem substancialmente. Esclarecendo que a sua questão estava relacionada com o facto da receita arrecadada através do IRS e IMT corresponder a dez por cento da receita corrente da câmara. -----

-----Tomou a palavra **José Ribeiro Cardoso**, do grupo do CDS-PP, afirmando que a sua posição não estava relacionada com o facto de serem do contra por serem do contra. Mencionou que a posição do CDS-PP estava relacionada com o facto do Presidente ter efetuado promessas, a seu ver, megalómanas, que prejudicaram coisas primárias como o saneamento básico. -----

Referiu que tinha sido contra, porque todas as opções que a Câmara tinha falharam pela base, porque a Câmara falhou objetivamente. Afirmou que não tinham táticas porque o CDS-PP não ganhava a Câmara, porém eram livres e responsáveis. Mencionou que se a Câmara tivesse ido mais longe não teriam complexos em se absterem ou votarem a favor. -----

-----Usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para afirmar que não precisavam de se preocupar com o PS porque o PS tinha pessoas na sua liderança que se preocupavam. Mencionou que votação obtida na Câmara e a que iria ter na Assembleia, demonstrava que a Assembleia e a população de Fafe estava ao seu lado. -----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, para esclarecer uma vez mais que, relativamente à receita cumpriam a lei sujeitando-se a esse erro. -----

Quanto às parcerias mencionou que nem o PSD ou o CDS-PP se poderiam vangloriar porque eram ambos responsáveis pelo desastre das parcerias no país. ---

Recomendou ao PSD e CDS-PP que lessem o preâmbulo do orçamento de dois mil e dez. Mencionou que havia projetos da administração central como a construção da Secundária, do novo hospital e do quartel da GNR que não dependiam da Câmara.-- Reafirmou que, nas parcerias estavam um conjunto de projetos que não eram prioritários. -----

-----Terminadas as intervenções, passou-se à **votação na especialidade: 1 – Autorizar, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, a delegar nas Juntas de Freguesia competência para o exercício de actividades e realização de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal e, no âmbito do artigo 66º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique; *Aprovado, por Unanimidade.***

2 – Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º da Lei das Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo; *Aprovado, por unanimidade;* -----

3 – Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º da Lei das Finanças Locais, o recurso ao crédito de médio e longo prazo, no montante máximo de 2,5 milhões de euros e no limite do rateio que vier a ser fixado pela DGAL. *Aprovado, por unanimidade;* -----

4 – Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1, alínea b) e c), as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2012 (a liquidar em 2013) em 0,7% para prédios urbanos e 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos; -----

-----Solicitou a palavra **Augusto Rodrigues de Sousa**, para intervir sobre o assunto, mencionando que em anos transatos estes pontos estavam agendados separadamente. -----

-----Tomou a palavra a **Presidente da Mesa** para esclarecer que no ano transato o assunto estava integrado no documento do plano e orçamento. -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu que no ano anterior o que tinha sido agendado em separado foi a proposta do PSD sobre o assunto, no entanto, a proposta da Câmara estava e sempre esteve

integrada nos documentos do Plano e Orçamento. Esclareceu no entanto que a votação era efetuada individualmente. -----

-----Nesses termos e atendendo a que Augusto Rodrigues de Sousa pretendia intervir, pela Presidente da Mesa foi-lhe dada a palavra. Sobre a proposta apresentada pela Câmara, **Augusto Rodrigues de Sousa** referiu que tinham constatado que o Executivo Socialista tinha deixado de persistir na fixação das taxas máximas do IMI e tinha percebido, ainda que tardiamente, que o futuro não passava pelo aumento dos impostos aos fafenses, mas sim na sua redução. Nesses termos, mencionou que tinha sido com agrado que o PSD tinha verificado que o Executivo Socialista tinha acolhido as suas propostas ao não aumentar o IMI para as suas taxas máximas, ainda que o tivesse feito timidamente. -----

Mencionou que não podiam esquecer que, para além do Executivo Socialista não fixar as taxas máximas do IMI, o certo é que não havia a diminuição da receita, já que estas se mantinham e a receita arrecadada aumentava de ano para ano, fruto das constantes avaliações dos imóveis e da caducidade das isenções que naturalmente ocorriam. -----

Com a proposta apresentada o Executivo Socialista transmitia aos fafenses de forma clara que a sua intolerância e teimosia era finita e que, finalmente, tinham reconhecido que só era possível criar melhores condições de vida à população não a tributando tão severa e cegamente. Terminou, afirmando que o PSD, na expectativa de que o PS no ano seguinte trilhasse o caminho que agora começou, ia votar favoravelmente à presente proposta. -----

Colocada a votação, foi aprovado, por maioria, com 2 abstenções; -----

5 – Lançar uma derrama para 2012, nos termos do art. 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), fixando em 1,5% a taxa dessa derrama. -----

-----Foi dada, novamente, a palavra a **Augusto Rodrigues de Sousa**, do PSD, que sobre a proposta da câmara para a fixação da taxa máxima da derrama, mencionou que não encontravam razões válidas para a aplicação da taxa máxima da derrama, já que esta não atraía investimento para o concelho, nem era fonte para o desenvolvimento local. -----

Mencionou que era com a criação de empresas que se gerava investimento, que se criava riqueza e postos de trabalho que tanta falta faziam aos jovens

desempregados do concelho, que procuravam emprego e que, na maioria das vezes só o encontravam em concelho vizinhos ou mesmo no estrangeiro. -----

Mencionou que a Câmara não tinha aptidão para criar ou desenvolver políticas capazes de traçar desenvolvimento para o concelho. -----

Afirmou que acreditavam que a Câmara não tinha apresentado uma proposta de redução ou mesmo de eliminação da taxa da derrama porque receava que isso fosse entendido pelos farenenses como sinal de atribuição de razão ao PSD que defendia a sua eliminação. -----

Terminou afirmando que o PSD iria votar favoravelmente esta proposta na expectativa que o Executivo no próximo ano fixasse a derrama à taxa zero à semelhança daquilo que tinha efetuado no não aumentar as taxas do IMI. -----

Colocada a votação, foi aprovado, por maioria, com 9 votos contra e 3 abstenções; -----

6 – Fixar, nos termos da alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25%, para o ano de 2012. *Aprovado, por maioria, com 2 abstenções;* -----

7 – Fixar, nos termos do artigo 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2013, sobre os rendimentos dos munícipes de 2012. *Aprovado, por unanimidade.* -----

Votação na Generalidade - *Aprovado, por maioria, com 8 votos contra e 1 abstenção.* -----

-----Atendendo ao avançar da hora, pela Presidente da Mesa foi proposto a continuação da sessão no dia dezanove, obtendo a concordância dos Membros.----

-----Nesses termos, foi encerrada a presente sessão quando era uma hora e quarenta e cinco minutos do dia dezassete de Dezembro. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----